

O Brasil da prosperidade?

Priscila Pereira Fernandes¹

Acabamos de eleger nosso novo presidente da república, o capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro, que entrou para a política em 1988, como vereador e que desde 1990 vem seguindo a carreira de deputado. Um presidente polêmico para um país caótico. Um país com alto índice de desemprego e um déficit público que saltou de 0,6% do PIB em 2014 para 3,8% do PIB e que teve uma eleição pautada não nas propostas de cada candidato, mas na questão de manter ou não o PT no poder.

Essas eleições refletiram a revolta popular contra a corrupção e a crise profunda que o país vem passando. O povo quis mudança. E o que esperar do presidente eleito? Em seu plano de governo, ele propõe diminuir a criminalidade, acabar com a corrupção e frear as ideologias do PT, a “caminho da prosperidade”.

Seu caminho para a prosperidade consiste em enxugar o Estado, implementar as reformas tributária e da previdência, reduzir a dívida pública e a despesa com pagamentos de juros (hoje, são pagos 400 bilhões de reais por ano) por meio de privatizações, vendas de propriedades imobiliárias da União e abertura comercial. Paulo Guedes, mentor do plano econômico do governo de Bolsonaro, acredita que com as privatizações conseguiríamos reduzir a dívida pública, que beira 3,6 trilhões de reais, em 20% e consequentemente reduziríamos o pagamento de juros. Essa economia com juros poderia ser investida em saúde, educação e segurança.

Esse roteiro está pautado na corrente do liberalismo econômico, doutrina defendida por pensadores como Adam Smith e David Ricardo no século XVIII. Essa corrente pauta-se na intervenção mínima do Estado na economia, a livre concorrência e o câmbio livre. Cabe ao Estado, a manutenção da ordem, da paz e da iniciativa privada. A livre concorrência garante a liberdade do comércio na fixação de preços e no controle de qualidade, uma vez que o próprio mercado, por meio da oferta e da demanda se auto equilibra. E o câmbio livre reduz as tarifas alfandegarias, evitando o protecionismo.

No entanto, há quem não concorde com essa filosofia e siga a abordagem Keynesiana de intervenção estatal. O congresso não é formado apenas por liberais. Surge então, a dúvida sobre se o governo conseguirá efetivamente realizar suas propostas, uma vez que precisa de aprovação do congresso. Além disso, como já foi dito, trata-se de um político polêmico que já afirmou que governaria unilateralmente, sem formar coalisões. Bolsonaro pretende buscar o apoio popular para pressionar o congresso a aprovar suas decisões. Essa medida pode funcionar no curto prazo e ser desastrosa no médio prazo, uma vez que os parlamentares podem se sentir acuados.

Cabe ressaltar que não é somente na proposta econômica que Bolsonaro vem gerando polêmicas e divergências. No quesito segurança, sua proposta de revisão do estatuto do desarmamento e a proteção do policial em exercício da profissão estão sendo fortemente contestadas sob o argumento de provocar o aumento da violência.

¹ Pós doutora em administração pela USP, Doutora em administração pela FGV, Mestre em administração pelo IBMEC e possui graduação em administração e economia pela UERJ. É professora titular no UNIFESO nos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Enfim, acredito que o momento que o Brasil vem enfrentando foi uma grande oportunidade para Bolsonaro se eleger e assim implantar as mudanças que o país precisa. Resta aguardar para ver se ele conseguirá de fato aproveitar e fazer um governo no qual o Brasil esteja acima de tudo e Deus esteja acima de todos!